

COMPANHIA DE ÓPERA DO ESPÍRITO SANTO
Relatório do auditor independente
Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo:

- Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**
Balanços patrimoniais
Demonstrações do resultado
Demonstrações do resultado abrangente
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Demonstrações dos fluxos de caixa
Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Ópera do Espírito Santo ("Entidade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de ópera do Estado do Espírito Santo** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidades de lucros e Interpretação Técnica Geral - ITG 2002.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Dependência financeira

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11 "Projetos e Convênios" às demonstrações contábeis, a Entidade mantém operações em montantes significativos com a Secretaria de Estado da Cultura – SECULT/ES. Desta maneira, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele obtido em operação relevante com a Secretaria de Estado da Cultura – SECULT/ES. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto.

Responsabilidade da Diretoria pela auditoria das demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem finalidades de lucros e Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as

Vitória (ES), segunda-feira, 25 de Agosto de 2025.

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, 18 de agosto de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 ES 004955/F-4

Marcos Aurélio Cardoso Figueiredo

Contador CRC 1 RJ 126663/O-2 – S – ES

1. Contexto operacional

A Companhia de Ópera do Espírito Santo, também designada pela sigla, COES, é uma organização sem fins lucrativos, com fins não econômicos, sem finalidade política ou religiosa, criada com prazo indeterminado. A Entidade foi constituída com registro do seu Estatuto Social em 10.01.2011, inscrita no CNPJ sob nº 13.991.594/0002-72 e na Inscrição Municipal sob nº 1310271.

Finalidades constantes em seu estatuto, Art. 2º:

A finalidade da COES é atuar na área de Cultura, realizando gestão cultural visando à democratização da cultura. A COES também tem como objetivo criar, divulgar, produzir, difundir, preservar e fortalecer as várias linguagens culturais, além de conscientizar artistas, produtores, gestores públicos, agente culturais e comunidade da importância da cultura como possibilidade de desenvolvimento humano e econômico. Para tanto, possui várias frentes de atuação, nas áreas e segmentos culturais abaixo:

I Dança; II Música; III Ópera; IV Teatro; V Circo; VI Mímica; VII Literatura; VIII Artes visuais; IX Artes gráficas; X Folclore e artesanato; XI Cinema e Vídeo; XII Moda & Design; XIII Fotografia; XIV Discografia; XV Multimídia; XVI Patrimônio cultural, histórico, arquitetônico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos; XVII E congêneres.

Parágrafo Único – Além disso, tem como finalidade conscientizar a comunidade da importância de sua participação no âmbito artístico e sociocultural, além de estimular o talento latente de profissionais que trabalhem ou desejem trabalhar nessa área, oferecendo-lhes oportunidades que justifiquem sua opção de investir tempo e comprometimento emocional através das seguintes ações:

I Promover, organizar, produzir e incentivar atividades artísticas e socioculturais; II Criar, produzir, divulgar produtos e informações de natureza artística e sociocultural; III Organizar congressos, simpósios, seminários, mesas redondas, conferências e cursos, como forma de estimular a discussão, capacitação e debate, visando disseminar alternativas para as questões da entidade e do mercado cultural; IV Desenvolver estudos e pesquisas artísticas e socioculturais; V Captar recursos e patrocínio para projetos artísticos e socioculturais; VI Enquadra

e gerir projetos nas leis de incentivo à cultura; VII Prestar consultoria e assessoria nas áreas artística e sociocultural.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Diretoria da Entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Entidade por se tratar de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros e Interpretação Técnica Geral - ITG 2002.

A emissão dessas demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria em 18 de agosto de 2025.

3. Principais práticas contábeis materiais adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas estão sendo registradas pelo regime de competência.

O superávit/déficit referente às atividades da Associação é incorporado ou absorvido pelo patrimônio social somente ao término de cada exercício social.

Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Diretoria use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Associação revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda que melhor reflete a situação das operações da Entidade e designada como moeda funcional é o Real. Esta também é moeda de apresentação.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Caixa e equivalentes de caixa

Na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, estão registrados os saldos do fundo fixo e de banco conta movimento. Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

Ativos circulantes e não circulantes

Estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço.

Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

Demais provisões

Provisões são reconhecidas no balanço quando a Entidade possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado.

Obrigações tributárias

A Companhia de Ópera do Espírito Santo é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, goza da isenção do Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Banco com restrição - Secult-ES 001/2023	277.569	-
Aplicações financeiras sem restrição - OSes	2.226	12.022
Aplicações financeiras com restrição - Secult-ES 001/2023	2.197.183	1.056.511
Aplicações financeiras com restrição - Lei Rouanet-Vale	25.016	1.609.846
	<u>2.501.994</u>	<u>2.678.379</u>

Vitória (ES), segunda-feira, 25 de Agosto de 2025.

5. Recursos vinculados a programas

	2024	2023
Contrato de Gestão Secult-ES 001/2023 (Custéio)	901.631	1.611.421
Contrato de Gestão Secult-ES 001/2023 (Variável)	47.454	108.135
Contrato de Gestão Secult-ES 001/2023 (Provisão)	<u>601.870</u>	-
	<u>1.550.955</u>	<u>1.719.556</u>

6. Adiantamentos

	2024	2023
Adiantamento de Férias + 1/3 C. G. Secult-ES 001/2023	325.389	233.734
Adiantamento de Pensão Alimen. C. G. Secult-ES 001/2023	<u>1.686</u>	<u>2.155</u>
	<u>327.075</u>	<u>235.889</u>

Os registros em adiantamentos de férias + 1/3 do Contrato de Gestão da Secult-ES 001/2023 são valores pagos de férias + 1/3 aos funcionários da Companhia de Ópera do Espírito Santo antes do início do gozo do período de férias coletivas. O saldo das contas apresentou aumento significativo de 2023 para 2024 por duas razões: aumento no quadro de funcionários e principalmente contagem do período aquisitivo, onde as férias adiantadas em 2023 refletiam períodos aquisitivos incompletos dos trabalhadores; já as férias adiantadas em 2024 refletiam períodos aquisitivos completos.

7. Imobilizado

Em 2023, o imobilizado utilizado era da Secult, disponibilizado pelo governo do Estado do Espírito Santo. Em 2024, houve a liberação de recursos para a compra de novos equipamentos. O contrato de patrocínio foi firmado em dezembro de 2023.

	2024	2023
Imobilizado C. Gestão Secult 001/2023		
Instrumentos Musicais	64.792	-
Móveis e Utensílios	38.831	-
Equipamentos de Informática	7.670	-
Móveis e Utensílios - Músicos e Orquestra	25.599	-
(-) Depreciação Acum. Instrumentos Musicais	(5.264)	-
(-) Depreciação Acum. Aquis. Móveis e Utensílios	(3.078)	-
(-) Depreciação Acum. Aquis. Equip. de Informática	(1.092)	-
(-) Depreciação Acum. Móv. Utens. - Músicos e Orqu	<u>(1.357)</u>	-
	126.101	-
Imobilizado OSSES Vale Roaunet		
Instrumentos Musicais	200.679	-
Móveis e Utensílios - Músicos Orquestra	73.352	-
Equipamentos de Informática	7.060	-
Equipamentos de Áudio	159.821	-
(-) Depreciação Acum. Instrumentos Musicais	(13.530)	-
(-) Dep. Acum. M. e Utensílios Músicos e Orquestra	(4.875)	-
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Informática	(118)	-
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Áudio	<u>(1.332)</u>	-
	421.057	-
Imobilizado líquido	<u>547.158</u>	-

8. Obrigações trabalhistas

	2024	2023
Salários a Pagar	266.586	-
Pensão Alimentícia a Pagar	1.346	-
Rescisões a Pagar	10.635	-
Provisões de férias	380.235	264.786
Provisões de encargos sobre férias	147.911	98.270
Encargos Sobre Décimo Terceiro a Pagar	13.207	-
Inss Retido sobre Folha a Recolher	33.494	-
Fgts sobre Folha a Recolher	26.470	-
Irrf sobre Folha a pagar	99.527	-
Inss Patronal a Recolher	87.904	-
	<u>1.067.315</u>	<u>363.056</u>

Em 2023, a Companhia de Ópera do Espírito Santo operou suas atividades parcialmente. Em 2024, a entidade operou o ano integralmente, o que gerou mais despesas com funcionários e também houve contratação de novos funcionários. Além disso, as despesas em 2023 foram pagas dentro do exercício de 2023. No ano de 2024, as despesas com salários, rescisão e pensão alimentícia foram pagas no ano subsequente, visto que a conta bancária bloqueou esses valores para processamento e pagamento dos funcionários no ano subsequente.

9. Projetos em execução

Registram os recursos recebidos pelas entidades conveniadas e patrocinadoras da Entidade, as quais enviam subsídios para a realização de suas despesas-fins e suas despesas complementares, como se segue:

	2024	2023
Contrato de Gestão Secult-ES 001/2023 (Custeio)	2.381.952	2.121.653
Contrato de Gestão Secult-ES 001/2023 (Variável)	745.599	392.065
Contrato de Gestão Secult-ES 001/2023 (Invest)	126.189	121.875
Receita Financeira Contrato de Gestão Secult-ES 001/2023	74.710	13.167
Contrato de Gestão Secult-ES 001/2023 (Provisão)	81.945	-
Contrato de Patrocínio OSSES - Rouanet-Vale 2024	389.675	1.600.000
Receita Financeira C. Patrocínio OSSES - Rouanet-Vale 2024	<u>59.242</u>	<u>9.846</u>
	<u>3.859.312</u>	<u>4.258.606</u>

O Contrato de Patrocínio OSSES – Rouanet-Vale 2024 teve uma baixa expressiva de 2023 para 2024. A motivação dessa baixa foi mediante as depesas incorridas desse contrato de patrocínio ao longo do ano de 2024, representando o consumo do recurso disponibilizado. O Contrato de Patrocínio OSSES – Rouanet-Vale não foi renovado nem houve aditivos diferentes dos demais recursos registrados.

10. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pelas contribuições totalmente integralizadas, acrescido ou diminuído, respectivamente, do superávit ou déficit inerente às atividades da Entidade, apurado ao término de cada exercício social.

	2024	2023
(Déficits)/Superávits acumulados	11.472	-
(Déficit)/Superávit do exercício	<u>(3.235)</u>	<u>11.472</u>
	<u>8.237</u>	<u>11.472</u>

11. Projetos e convênios

Registram os recursos recebidos dos contratos de convênio, as quais enviam subsídios para a realização de suas despesas fins e suas despesas complementares:

Vitória (ES), segunda-feira, 25 de Agosto de 2025.

	2024	2023
Contrato de Gestão Secult-ES 001/2023 (Custéio)	6.457.374	5.370.105
Contrato de Gestão Secult-ES 001/2023 (Provisão)	1.043.055	-
Contrato de Patrocínio OSES Rouanet-Vale 2024	<u>1.212.654</u>	-
	<u>8.713.083</u>	<u>5.370.105</u>

12. Custos das atividades

Refere-se as aplicações de recursos recebidos dos agentes financeiros em atividades e serviços diretamente relacionadas às apresentações da Orquestra Sinfônica, desde o planejamento e curadoria à pós-produção e pós-apresentação:

	2024	2023
Custos das atividades		
Custos das atividades C. G. Secult-ES 001/2023	7.186.903	4.953.545
Custos das atividades OSES Vale Rouanet	14.597	-
Custos das atividades sem restrição - OSES	<u>987.071</u>	-
	<u>8.188.571</u>	<u>4.953.545</u>

Em 2024, os custos das atividades aumentaram significativamente. Esse aumento se deu pelo fato que a Companhia de Ópera do Espírito Santo operou integralmente no ano de 2024 e também fez novas contratações para compor o quadro de funcionários da entidade.

13. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas gerais e administrativas		
Despesas administrativas C. G. Secult-ES 001/2023	(307.961)	(216.860)
Despesas administrativas OSES Vale Rouanet	(221.828)	-
Despesas administrativas sem restrição - OSES	<u>(3.569)</u>	<u>(4.611)</u>
	<u>(533.358)</u>	<u>(221.471)</u>
	2024	2023
Despesas tributárias		
Tributos federais de prestadores de serviços	-	(438)
ISS retido de prestadores de serviços	(14)	(195.009)
Impostos e taxas	<u>(500)</u>	<u>(850)</u>
	<u>(514)</u>	<u>(196.297)</u>

Em 2023, nos primeiros e segundos recebimentos de recursos do contrato de gestão 001/2023 junto a Secult-ES, a entidade emitiu notas fiscais a fim de respaldar a entrada de recursos, o que ocasionou apuração de ISS (Imposto sobre prestação de serviço) e sua respectiva despesa. A partir do terceiro recebimento, mediante parecer emitido pela PGE-ES (Procuradoria geral do estado do Espírito Santo), órgão que representa o Governo do Estado do Espírito Santo, a Companhia de Ópera do Espírito Santo foi notificada a não mais emitir notas fiscais para receber suas parcelas, conforme embasamento legal apresentado pela PGE-ES. Por esta razão, justifica-se a significativa diferença entre os anos de 2023 e 2024 da despesa com ISS da entidade.

14. Contingências

Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade não possui processos judiciais com probabilidade de perda provável, possível e remota.

15. Quocientes patrimoniais

	2024	2023
Liquidez imediata		
Caixa e equivalentes de caixa	0,51	2.678.379 0,58
Passivo circulante		4.622.357

Liquidez corrente		0,89	4.633.829	1,00
Ativo circulante	—		4.622.357	
Passivo circulante				
 Liquidez geral				
Ativo circulante + não circulante	—	1,00	4.633.829	1,00
Passivo circulante + não circulante			4.622.357	

16. Isenção IRPJ

A Entidade, por sua finalidade e objetivos e, mediante artigo 170 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), não está sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. A organização apresenta anualmente a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica.

17. Instrumentos financeiros

No exercício de 2024, a Entidade não participou e, tampouco, manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não ser aqueles constantes das demonstrações contábeis, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas.

18. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.

Protocolo 1617991**COMUNICADO**

"KALLYA PETERLE DURÃES DE OLIVEIRA, torna público que requereu da SEMMAM, através do protocolo nº 21202/2025, Licença Ambiental de Regularização (LAR), para atividade de Terraplenagem, áreas de empréstimo e/ou bota-fora, sem comercialização e **sem objetivo agropecuário**, na localidade de Alto Caxixe, Município de Venda Nova do Imigrante - ES." **Protocolo 1618003**

POSTO DE COMBUSTÍVEIS ARACRUZ LTDA torna público que requereu à SEMAM/ARACRUZ, através do processo nº 725/2025, Renovação da Licença Municipal de Operação, nº 027/2020 para posto revendedor de combustíveis, na Rod. Governador Mario Covas, s/nº., Km 179, Jacupemba, Município de Aracruz/ES.

Protocolo 1618085**COMUNICADO**

VIMINAS VIDROS ESPECIAIS LTDA., CNPJ Nº 31.702.947/0003-30, torna público que **OBTEVE** da SEMMA, através do Processo nº 85217/2021, a Licença Municipal de Regularização - LMR nº 1491/2025, para a atividade de "CORTE E ACABAMENTO DE VIDROS, SEM FABRICAÇÃO E/OU ELABORAÇÃO", na localidade de Civit II, Município da Serra - ES.

Protocolo 1618117**COMUNICADO**

POSTO VENTURA ITAPARICA LTDA, CNPJ nº 60.698.262/0001-01, torna público que **obteve** da PMVV/SEMPA, LMR Nº 154/2025 para desenvolvimento da atividade Posto revendedor de combustíveis, não contemplando gás natural veicular (cód. 24.01) - Classe III, à Av. Santa Leopoldina, 1644, Praia de Itaparica, Vila Velha/ES.

Protocolo 1618127**COMUNICADO**

AGROPECUÁRIA PORTO CANOA torna público que obteve da SEMMA, através do processo nº 6622/2023, a Licença Municipal de Regularização - LMR - GLA nº 106/2025 / Classe III, para a atividade de terraplenagem, áreas de empréstimo e/ou bota-fora, na localidade de Rua Dois, nº s/ nº, Centro, município de Viana - ES. Com prazo de validade de 275 dias.

Protocolo 1618145**COMUNICADO**

CLAUDIO NIEIRO, torna público que Requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marilândia, através do processo nº 004184/2025, Licença de Regularização, para secagem Mecânica de grãos e pilagem de grãos na localidade de córrego Alemão-Radio, Mun. de Marilândia -ES.

Protocolo 1618202**COMUNICADO**

EDIMAR MOREIRA DE PAULA, torna público que **OBTEVE** a licença Municipal Simplificada LMS Nº 016/2025 através da SEMDERMA, vinculado ao **processo Nº 4627/2025**, com vencimento em 22/08/2029 para a atividade 2.15 - Secagem mecânica de grãos, associada ou não à pilagem, na localidade de Reforma, Zona Rural, Jerônimo Monteiro - ES.

Protocolo 1618332

A NÓBILE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS torna público que requereu da Semades de João Neiva, através do processo nº 000022/2025, a Licença Municipal Prévia (LMP) para a atividade de Loteamento predominantemente residencial, localizada no endereço à Avenida Hélio Guasti, s/n - João Neiva/ES.

Protocolo 1618376